

Uma certa idéia de Brasil

César Benjamin

Para o livro *Enciclopédia de Brasilidade*,
organizado por Carlos Lessa

“Os discursos de quem não viu, são discursos.

Os discursos de quem viu, são profecias.”

Antônio Vieira, Sermão da Terceira Domingo do Advento, 1669

1. Muitos motivos se somaram, ao longo da nossa história, para dificultar a tarefa de decifrar, mesmo imperfeitamente, o enigma brasileiro. Já independentes, continuamos a ser um animal muito estranho no zoológico das nações: sociedade recente, produto da expansão européia, concebida desde o início para servir ao mercado mundial, organizada em torno de um escravismo prolongado e tardio, única monarquia em um continente republicano, assentada em uma extensa base territorial situada nos trópicos, com um povo em processo de formação, sem um passado profundo onde pudesse ancorar sua identidade. Que futuro estaria reservado para uma nação assim?

Durante muito tempo, as tentativas feitas para compreender esse enigma e constituir uma teoria do Brasil foram, em larga medida, infrutíferas. Não sabíamos fazer outra coisa senão copiar saberes da Europa, onde predominavam os determinismos geográfico (“a civilização é uma conquista dos países frios, pois é a vitória das sociedades contra as dificuldades impostas pelo ambiente”) e racial (“a civilização expressa o potencial de alguns subgrupos humanos mais aptos”) que irremediavelmente nos condenavam. Enquanto o Brasil se olhou no espelho europeu só pôde construir uma imagem negativa e pessimista de si mesmo, ao constatar sua óbvia condição não-européia.

2. Houve muitos esforços meritórios para superar esse impasse. Porém, só na década de 1930, depois de mais de cem anos de vida independente, começamos a puxar consistentemente o fio da nossa própria meada. Devemos ao conservador Gilberto Freyre, em 1934, com *Casa-grande & senzala*, uma revolucionária releitura do Brasil, visto a partir do complexo do açúcar e à luz da moderna antropologia cultural, disciplina que então apenas engatinhava. Abandonando os enfoques da geografia e da raça, Freyre revirou tudo de ponta-cabeça, realizando um tremendo resgate do papel civilizatório de negros e índios dentro da formação social brasileira. Dos portugueses, elogiou a miscibilidade, a plasticidade e a mobilidade, características que os distinguiam dos colonizadores de origem anglo-saxã.

A colonização do Brasil, ele diz, não foi obra do Estado ou das demais instituições formais, todas aqui muito fracas. Foi obra da família patriarcal, em torno da qual constituiu-se um modo de vida completo e específico. O latifúndio monocultor e o regime escravista de produzir afastavam, separavam, machucavam, mas a família extensa, cheia de agregados, a poligamia num contexto de escassez de mulheres brancas e a presença de considerável escravaria doméstica constituíam espaços de intercâmbio, nos quais negros e negras, índios e índias – especialmente, negras e índias –, muito mais adaptados aos trópicos, colonizaram o colonizador, ensinando-o a viver aqui. Mulatos, cafusos e mamelucos se multiplicaram, criando fissuras na dualidade radical que opunha senhores e escravos.

Nada escapa ao abrangente olhar investigativo do antropólogo: comidas, lendas, roupas, cores, odores, festas, canções, arquitetura, sexualidade, superstições, costumes, ferramentas e técnicas, palavras e expressões de linguagem. Cartas de bisavós saem de velhos baús. Escabrosos relatórios da Inquisição são expostos com fina ironia por esse bisbilhoteiro que estava interessado, antes de tudo, em desvelar a singularidade da experiência brasileira. Ela não se encontrava na política nem na economia, muito menos nos feitos dos grandes homens. Encontrava-se na cultura, obra coletiva de gerações anônimas. Uma cultura de síntese, que afrouxou e diluiu a tensão entre os códigos morais e o mundo-da-vida, tensão constitutiva das sociedades de tradição judaico-cristã. Nossa alegria, diz Freyre, a devemos a índios e negros nunca completamente moralizados pelo cristianismo do colonizador. Um cristianismo, aliás, que também precisou misturar-se.

3. Devemos a Sérgio Buarque, em 1936, com *Raízes do Brasil*, um instigante ensaio – “clássico de nascença”, nas palavras de Antônio Candido – que tentava compreender como uma sociedade rural, de raízes ibéricas, experimentaria o inevitável trânsito para a modernidade urbana e “americana” do século XX. Ao contrário do pernambucano Gilberto Freyre, o paulista Sérgio Buarque não sentia nostalgia pelo Brasil agrário que estava se desfazendo, mas tampouco acreditava na eficácia das vias autoritárias, em voga na década de 1930, que prometiam acelerar a modernização pelo alto. Observa o tempo secular da história. Considera a modernização um processo. Também busca a singularidade do processo brasileiro, mas com olhar sociológico: somos uma sociedade transplantada, mas nacional, com características próprias. A dimensão privada e afetiva da vida sempre se sobrepôs – para o bem e para o mal – à impessoalidade burocrática, não raro descambando para o passionalismo e a impulsividade típicos do homem cordial, num quadro geral de ausência de direitos formais.

Nossa história, diz Sérgio Buarque, girou em torno do “complexo ibérico”. Mas o êxito da colonização portuguesa não decorreu de um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica; buscou a riqueza que custa ousadia, não a riqueza que custa trabalho. A ética da aventura prevaleceu sobre a ética do trabalho. É uma herança atrasada, em via de superação, mas foi a base da nacionalidade, constituiu as “raízes do Brasil”. Não se pode nem se deve, simplesmente, recusá-la e negá-la, mas sim transformá-la.

“Precisamos ousar inaugurar, de forma inédita, o que nunca se fez nessas latitudes” – eis uma frase cheia de significados: devíamos encontrar o caminho para superar o nosso atraso e, ao mesmo tempo, afirmar a nossa identidade, potencializando as nossas virtudes. Teria de ser, necessariamente, um caminho cheio de especificidades, como são cheios de especificidades, quando autênticos, os caminhos de todos os povos. Tremendo desafio, numa sociedade, ele diz, em que a inteligência sempre foi um ornamento, um beletismo ávido por importar as últimas modas, incapaz de produzir conhecimento e impulsionar qualquer mudança real.

Mesmo assim, Sérgio Buarque é otimista. Anuncia que “a nossa revolução” está em marcha, com a dissolução do complexo ibérico de base rural e a emergência de um novo

ator decisivo, as massas urbanas. Crescentemente numerosas, libertadas da tutela dos senhores locais, elas não mais seriam demandantes de favores, mas de direitos. No lugar da comunidade doméstica, patriarcal e privada, seríamos enfim levados a fundar a comunidade política, de modo a transformar, ao nosso modo, o homem cordial em cidadão.

4. Apenas seis anos depois, em seqüência vertiginosa, Caio Prado Jr. publica *Formação do Brasil contemporâneo*, a primeira grande síntese historiográfica brasileira em quase cem anos, se contarmos desde Varnhagen. Realiza nesse texto o definitivo desvendamento das nossas origens como uma empresa colonial, acompanhado da hipótese forte de que a história do Brasil tem um sentido profundo, o da transformação dessa empresa, que fomos, em uma nação, que seremos.

Caio Prado percebe que a colonização do Brasil representou um problema novo, pois os padrões mais conhecidos de dominação ao longo da História humana – a pilhagem de riquezas acumuladas, a cobrança de tributos e o estabelecimento de comércio desigual – não se aplicavam nestas terras sem metais preciosos (no século XVI) e habitadas por tribos dispersas, que viviam no Neolítico. A solução do problema demandou mais de trinta anos. Organizou-se finalmente uma empresa territorial de grande dimensão, com administração portuguesa, capitais holandeses e venezianos, mão-de-obra indígena e africana, tecnologia desenvolvida em Chipre e matéria-prima dos Açores e da ilha da Madeira – a cana. Esses elementos foram articulados em uma *holding* multinacional movida por força de trabalho escrava, mas regida pelo cálculo econômico e pela busca do lucro. Tudo o que existia aqui – a paisagem, a fauna, a flora e as gentes – teve de ser decomposto e desfeito, depois recomposto e refeito, de outras maneiras, para que o empreendimento mercantil prosperasse.

Na origem, diz Caio Prado, não fomos uma nação, nem propriamente uma sociedade; fomos uma empresa territorial voltada para fora e controlada de fora. A empresa-Brasil sempre deu certo: propiciou bons negócios e gerou altíssimo lucro. Nos séculos XVI e XVII foi excelente o negócio do açúcar, a primeira mercadoria de consumo de massas em escala planetária, em torno da qual se formou o moderno mercado mundial. Foi depois magnífico o negócio do ouro; graças a ele, a Inglaterra – que nunca teve minas de ouro – constituiu as enormes reservas que lhe permitiram criar, no século XIX, o

primeiro padrão monetário mundial (o padrão libra-ouro), símbolo e suporte de sua hegemonia. A partir de 1840, até bem entrado o século XX, foi maravilhoso o negócio do café, estimulante de baixo custo e fácil distribuição, ofertado à classe trabalhadora da Europa e dos Estados Unidos que precisava ser disciplinada para o trabalho fabril. Além disso, permeando toda a nossa história, foi sempre estupendo o negócio do endividamento perpétuo dessa empresa-Brasil, induzido pelos seus controladores de fora.

Porém, a existência multi-secular da gigantesca e diversificada empresa territorial criou paulatinamente os elementos constitutivos de uma nova nação: “Povoou-se um território semideserto; organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também da dos portugueses que empreenderam a ocupação. Criou-se no plano das realizações humanas algo novo (...): uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, habitando determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, uma consciência, mais precisamente uma certa ‘atitude’ mental coletiva particular. (...) Esse novo processo histórico se dilatou e se arrasta. Ainda não chegou ao seu termo.”

Eis aí uma importante chave de leitura para compreendermos as tensões que experimentamos até hoje: elas refletem o choque entre o Brasil empresa-para-os-outros, que ainda somos, e o Brasil nação-para-si, que desejamos ser. Completar esse processo, “fazê-lo chegar ao seu termo” – ou, ainda na linguagem de Caio Prado, realizar a Revolução Brasileira – é fazer desabrochar a última grande nacionalidade do Ocidente moderno, uma nacionalidade tardia, cujos potenciais permanecem em grande medida incubados.

5. Devemos em seguida a Celso Furtado uma brilhante síntese da *Formação econômica do Brasil*, um texto que também falava de História para mostrar os desafios fundamentais da modernização brasileira no século XX. Como os demais, Furtado escreve um ensaio de interpretação, uma “história pensada”, a partir do ponto de vista de um economista com sólida formação humanista. Descarta a idéia de que o Brasil teria reproduzido tardiamente uma sociedade de tipo feudal. Descreve as características dos ciclos econômicos baseados na produção de bens primários e impulsionados pela demanda externa, e aponta as insuficiências e os desequilíbrios que deles decorrem. Olha as regiões, estuda os casos de

decadência sem transformação. Mostra que em nossa história, recorrentemente, a fonte de demanda autônoma foram as exportações de alimentos, matérias-primas e minérios; que o mercado interno se atrofiou, induzindo a um baixo efeito multiplicador da renda gerada; que houve permanente vazamento de riqueza, em grande escala, para o exterior. Permanecemos na periferia do sistema-mundo que nos deu à luz. Como poderíamos sair dessa posição?

Ao longo de toda sua obra, Furtado diz que o subdesenvolvimento é um processo específico, que tende a reproduzir-se no tempo, e não uma etapa transitória, que conteria em si, mais ou menos naturalmente, as condições de sua superação. O fortalecimento do mercado interno, o desenvolvimento da indústria e a formação de um núcleo endógeno de criação e difusão de progresso técnico – necessários para a superação da nossa condição – não poderiam resultar de forças espontâneas. Exigiam uma intervenção consciente, voltada para produzir mutações. Tornou-se clássica a sua análise sobre a adoção pelo Brasil, de maneira inovadora e pragmática, de eficazes políticas anticíclicas em plena crise de 1929-1933, antes mesmo que essas políticas tivessem sido claramente modeladas pela moderna teoria econômica. Elas criaram uma situação nova, que lançou as bases do nosso processo de industrialização. Levá-lo às últimas consequências era o desafio a vencer.

Furtado nunca dissociou conhecimento e valores, economia e sociedade: “O processo de reprodução das desigualdades sociais exerce uma influência decisiva sobre as formas de utilização do excedente. Portanto, a composição do excedente é em grande parte um reflexo do sistema de dominação social, o que significa que sem um conhecimento das estruturas de poder é impossível avançar no estudo do desenvolvimento das forças produtivas.” Poucos são os economistas atuais capazes de conduzir análises desse tipo.

6. Tributárias de diferentes influências – notadamente Franz Boas, Max Weber, Karl Marx e John M. Keynes, nessa ordem –, essas quatro obras seminais lançaram as bases da moderna ciência social brasileira e permitiram o início de uma fecunda reinterpretação do Brasil. Como pano de fundo estava em marcha o ciclo desenvolvimentista, com a força de processos estruturais (e estruturantes) que nos conduziam, acreditava-se, do passado (população rural, economia agrícola, território fragmentado) ao futuro (população urbana, economia industrial, território integrado). Sabendo falar sobre nós mesmos, com a nossa

própria linguagem, tínhamos finalmente uma identidade em construção. Sabendo diferenciar passado e futuro, vivíamos agora em um tempo orientado, condição primeira para se constituir um projeto. Os impasses do Império escravista e a pasmaceira da República Velha haviam ficado para trás.

Tivemos muitos outros intelectuais visionários e homens de ação. Entre eles, Darcy Ribeiro talvez tenha sido o maior profeta da civilização brasileira. Inverteu radicalmente os velhos argumentos europeus contra nós, afirmando as vantagens da mestiçagem tropical diante de uma pretensa pureza temperada e fria. Mostrou como, aos trancos e barrancos, conseguimos fazer um povo-novo a partir dos grupos humanos que o capitalismo mercantil encontrou neste território ou transplantou para cá – na origem, índios destribalizados, brancos deseuropeizados e negros desafricanizados, depois gente do mundo inteiro. Estudou as características fundamentais desse contingente humano filho da modernidade, o maior povo-novo do mundo moderno. Viu que ele é também um povo-nação, reconhecendo-se como tal, falando uma mesma língua, habitando um território bem-definido e tendo criado o seu próprio Estado. Debruçado em ampla visão da aventura humana, falou de um povo que ainda está no começo de sua própria história, e cuja identidade – por sua gênese e sua trajetória – não pode basear-se em raça, religião, vocação imperial, xenofobias ou vontade de isolar-se. Um povo que tem na cultura a sua única razão de existir.

A composição ficava quase completa: éramos um país miscigenado, sentimental e alegre, moderno, culturalmente antropofágico, aberto ao outro e ao novo, desejoso de desenvolver-se, cheio de oportunidades diante de si. O passado nos condenava, mas o futuro nos redimiria. A figura mítica de Macunaíma e a figura real de Garrincha – figuras fora dos padrões, que faziam tudo errado, para no fim dar tudo certo – nos divertiam e nos encorajavam.

7. Produzimos assim, entre as décadas de 1930 e 1960, contornos nítidos de *uma certa idéia de Brasil*. Não importa discutir se essa idéia estava cem por cento correta ou errada, do ponto de vista de uma pretensa ciência positiva, se era precisa em minúcias, se tudo podia explicar, pois a representação ideológica de uma sociedade sobre si mesma cumpre a função de sinalizar valores, despertar esperanças e mobilizar energias, e não de retratar

fielmente “o que existe”. Em certo momento de sua história, depois de quatro séculos em um labirinto, o Brasil reconheceu-se assim e percebeu-se portador de potencialidades insuspeitadas. É impossível exagerar a importância desse passo. Justo por isso, é também impossível exagerar o devastador impacto de sua desconstrução, realizada em troca de nada.

Ao contrário do que se pensa, nossa crise atual não é, simplesmente, uma crise econômica. Resulta, em primeiro lugar e antes de tudo, da progressiva perda da idéia de Brasil, substituída pelos chavões daquela mesma inteligência ornamental, inútil, farsesca, adepta da moda, a que Sérgio Buarque se referia. A moda hoje é globalização, e a única diferença é que os saberes – *hélas!* – não são mais importados da Europa, mas dos Estados Unidos. O efeito é o mesmo: como pano de fundo, negatividade e desqualificação do que somos e podemos vir a ser, compensadas agora com doses cavalares de *marketing*.

O sofisticado debate sobre a nossa especificidade e os nossos caminhos foi deslegitimado. A mediocridade voltou a mover-se em cena com altivez espantosa, cada vez mais arrogante e orgulhosa de si. Ela não gosta de imaginação, qualidades, invenção de caminhos; gosta de rótulos, pede mesmice. Na década de 1990, pela boca das nossas maiores autoridades e de alguns dos nossos mais influentes intelectuais – sobretudo os economistas –, jogamos fora todo o esforço intelectual anterior e passamos a nos reconhecer como... um mercado emergente. Profunda mudança de ponto de vista. Até então, mesmo que fôssemos uma nação incompleta e muito imperfeita, ainda vivíamos num universo ideológico em que completá-la e aperfeiçoá-la, de uma forma ou de outra, eram as nossas referências comuns. Quando passamos a nos reconhecer apenas como mercado, tudo mudou. Mercado não é lugar de cidadania, solidariedade, soberania, identidade. É espaço de fluxos, dominado pela concorrência, onde sobrevivem os mais fortes, e ponto final.

8. O fato mais notável dos últimos 25 anos, na História do Brasil, é a radical alteração das categorias que organizam e delimitam o nosso imaginário. Recuemos um pouco. No início do século XX, sob influência do positivismo, o Brasil dizia buscar, antes de tudo, civilização e progresso, conceitos que hoje podem soar equivocados ou ingênuos, mas que estavam explicitamente ligados a um futuro humano: a idéia de que progressos materiais pudessem sustentar-se em um vasto retrocesso social ou moral era então inimaginável, pois

os avanços nessas várias esferas eram concebidos como paralelos e complementares. Depois, como vimos, o Brasil passou a falar em modernização, formulada como uma resposta ao atraso e à pobreza; o esforço modernizador só era necessário e legítimo porque eliminaria essas mazelas. As pessoas, os grupos sociais e a comunidade nacional, com sua diversidade e complexidade, permaneciam sendo a referência fundamental de um debate que nunca se dissociava de fins e destinos.

Estamos agora esmagados pelo discurso da competitividade. Nem mesmo no plano das intenções ele expressa alguma grandeza. O pensamento das elites dominantes comporta-se como se elas não mais devessem explicações a ninguém. A competitividade segue a mesma lógica da guerra – conquistar supremacia sobre o outro – e exige apenas um tipo de progresso, de natureza tecnológica. Um progresso dos meios, de alguns meios manejados por poucos, que nada diz sobre fins. Esse conceito vazio de conteúdos humanos e avesso a juízos sociais abrangentes foi alçado à posição de articulador do nosso discurso e legitimador do modelo de sociedade que se deseja implantar. Com o agravante de que, agora, predomina a acumulação financeira – volátil, esperta, sempre de olho no curto prazo, em grande medida fictícia, de natureza intrinsecamente especulativa, com enorme potencial destrutivo.

O grande capital – pois ele é que é “competitivo” – apresenta-se como portador de uma racionalidade que seria generalizável, sem mediações, para a sociedade como um todo. Inversamente, todas as outras lógicas – a dos pobres, a dos agentes econômicos não capitalistas ou simplesmente não competitivos, a da cidadania, a da soberania, a da cultura, a dos interesses nacionais de longo prazo – são consideradas irracionais ou desimportantes. Devem ser denunciadas, humilhadas e, progressivamente, silenciadas. Não articulam linguagens, mas ruídos; não expressam direitos, mas custos; não apontam para outras maneiras de organizar a sociedade, mas para a desordem e o caos na economia, acenados pelos poderosos como permanente ameaça.

9. Além de vasta cultura e honradez intelectual, Gilberto, Sérgio, Caio, Celso, Darcy e tantos outros, mesmo alinhando-se a correntes teóricas e políticas muito diferentes, mesmo propondo interpretações diversas, tinham uma coisa fundamental em comum: gostavam do Brasil. Desejavam do fundo da alma que o país desse certo e a isso dedicaram suas vidas e

seus melhores esforços. Tal sentimento transparece em cada linha que escreveram, em cada gesto que fizeram, em cada palavra que disseram. Havia generosidade neles. Eis aí outra mudança importante: evidentemente, manifestamente, cinicamente, quase explicitamente, os formuladores e divulgadores do novo discurso hegemônico *não* gostam do Brasil. Gostam de *business*. O que estamos ouvindo deles, todo o tempo, é que o Brasil, como sociedade, nação e projeto, não tem sentido nenhum. Atrapalha. A esperança-Brasil deu lugar ao risco-Brasil.

Conferindo aos mais ricos riqueza cada vez maior, associada a padrões culturais e de consumo cada vez mais distantes da realidade local, e condenando a maioria a um padrão de vida em declínio, essa opção alimenta forças centrífugas que apontam para o rompimento dos vínculos históricos e socioculturais que até aqui mantiveram, em algum nível, juntos os cidadãos. Os grupos mais bem-posicionados para participar do mercado mundial ficam cada vez mais tentados a desfazer quaisquer laços de solidariedade nacional, desligando completamente seu padrão de vida, seus valores, a forma de denominar e investir sua riqueza – e, portanto, o seu próprio destino – dos padrões, valores e destino do país como um todo.

Os fatos do cotidiano mostram como se debilitam rapidamente, entre nós, as bases de uma sociabilidade civilizada: um regime comum de valores, caminhos de mobilidade social ascendente, a idéia de um futuro em construção. As conseqüências disso, no longo prazo, são imprevisíveis. Os segmentos que têm pressa de ser modernos a todo preço pedem a criação de instituições blindadas e de áreas de circulação restringida, onde a competitividade, a lucratividade, a velocidade e o pragmatismo, bem como o estilo de vida a eles associado, possam ostentar-se sem empecilhos. Mas essas instituições e áreas permanecem imersas em um território físico e social muito maior, que contém população diferenciada, necessidades várias, comportamentos múltiplos, problemas outros. É uma ilusão achar que elas possam desatar os laços que as ligam ao contexto em que estão.

10. Darcy Ribeiro mostrou como o primeiro passo no processo de submissão e destruição dos indivíduos indígenas era a transformação do índio específico – o gavião, o urubukaapor, o xavante, o bororo, portador de uma história, integrante de uma comunidade, habitante de um espaço cheio de significados – naquilo que chamou de “índio genérico”,

um sem-lugar, cuja indianidade, inscrita no seu corpo mas não mais na sua cultura, passava a ser um signo negativo no mundo dos brancos, no qual ele se inseria sempre por baixo. Acredito que muito da angústia de Darcy, no fim da vida, tenha vindo da percepção de que o povo brasileiro, como um todo, corria o risco de transformar-se em um povo genérico e inespecífico, ao qual também restaria eternizar uma inserção por baixo e tendencialmente declinante no sistema internacional.

É este o nosso maior desafio, que pode ser visto de vários ângulos. Para retomar a terminologia de Caio Prado, estamos assistindo à vitória – temporária, porque a-histórica – da perspectiva do Brasil empresa-para-os-outros sobre o Brasil nação-para-si. Impõe-se, pois, uma dura luta política e cultural. As alternativas são radicais para ambos os lados. Há uma bifurcação no caminho. O país terá de decidir: ou aceita tornar-se apenas um espaço de fluxos do capital internacional, o que significa ser expulso da História, ou retoma seu processo de construção em novas bases.

Se quisermos a segunda opção, *temos de reencontrar uma idéia de Brasil*. Por trás do poderio dos Estados Unidos há uma idéia de Estados Unidos. Por trás da reconstrução do Japão há uma idéia de Japão. Por trás da União Européia há uma idéia de Europa. Por trás da ascensão da China há uma idéia de China. Se não reconstruirmos uma idéia de Brasil, nenhum passo consistente poderemos dar. (O título deste artigo, aliás, é retirado das *Memórias* do general De Gaulle. Oficial do estado-maior do Exército francês, recusou-se a render-se aos alemães, que naquela fase da guerra pareciam invencíveis, e protagonizou uma fuga espetacular para a Inglaterra, de onde liderou a Resistência. Segundo escreveu, fez isso, afrontando naquele momento todas as probabilidades de êxito, porque tinha na cabeça “uma certa idéia de França”, e a vida sob ocupação não cabia nela.)

11. O esforço dos pensadores que nos antecederam deixou pontos de partida muito valiosos. Mas devemos reconhecer que eles nos falaram de um país que, pelo menos em parte, deixou de existir. O Brasil de Gilberto Freyre girava em torno da família extensa da casa-grande, um espaço integrador dentro da monumental desigualdade; o de Sérgio Buarque apenas iniciava a aventura de uma urbanização que prometia associar-se a modernidade e cidadania; o de Caio Prado mantinha a perspectiva da libertação nacional e do socialismo; o de Celso Furtado era uma economia dinâmica, que experimentava uma

acelerada modernização industrial; o de Darcy Ribeiro – cujos ídolos, como sempre dizia, eram Anísio Teixeira e Cândido Rondon – ampliava a escola pública de boa qualidade e recusava o genocídio de suas populações mais fragilizadas.

Os elementos centrais com que todos eles trabalharam foram profundamente alterados nas últimas décadas. A economia mais dinâmica do mundo, que dobrou seu produto cinco vezes seguidas em cinquenta anos, caminha para experimentar a terceira década rastejante. Todos os mecanismos que garantiram mobilidade social na maior parte do século XX foram impiedosamente desmontados, a começar da escola pública. A urbanização acelerada concentrou multidões desenraizadas, enquanto a desorganização do mercado de trabalho multiplicava excluídos. Tornando refém do sistema financeiro, o Estado nacional deixou de cumprir funções estruturantes essenciais. A fronteira agrícola foi fechada, estabelecendo-se nas áreas de ocupação recente uma estrutura fundiária ainda mais concentrada que a das áreas de ocupação secular. Nesta sociedade urbanizada e estagnada, os meios eletrônicos de comunicação de massas tornaram-se, de longe, a principal instituição difusora de desejos, comportamentos e valores, inoculando diariamente, maciçamente, irresponsavelmente uma necessidade de consumo desagregadora, pois inacessível. “Nunca foi tão grande a distância entre o que somos e o que poderíamos ser”, disse recentemente Celso Furtado, antes de nos deixar.

Todos esses processos estão aí, a nos desafiar, exigindo de nós um esforço de análise talvez mais árduo do que aquele realizado pelas gerações dos nossos mestres. Ainda não sabemos bem até que ponto tais processos alteraram definitivamente as condições sociológicas da nossa existência, e em que direção. Não temos uma teoria do Brasil contemporâneo. Estamos em vôo cego, imersos em uma crise de destino, a maior da nossa existência. A História está nos olhando nos olhos, perguntando: “Afim, o que vocês são? O que querem ser? Tem sentido existir Brasil? Qual Brasil?”

Temos hesitado em enfrentar questões tão difíceis, tão radicais. Preferimos brincar de macroeconomia. Mas a disjunção está posta: ou o povo brasileiro, movido por uma idéia de si mesmo, assume pela primeira vez o comando de sua nação, para resgatá-la, reinventá-la e desenvolvê-la, ou assistiremos neste século ao desfazimento do Brasil. Se ocorrer, este último desfecho representará um duríssimo golpe nas melhores promessas da modernidade

ocidental e será um retrocesso no processo civilizatório de toda a humanidade. A invenção do futuro se tornará muito mais penosa, para todos.

“Os discursos de quem viu”, dizia Vieira, “são profecias”.

* * *

César Benjamin é autor, entre outros livros, de *A opção brasileira* (Contraponto, 1998, nona edição) e de *Bom combate* (Contraponto, 2004). Integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.